

1 Introdução

Os estudos sobre a globalização contemporânea tendem a reproduzir a assimetria global-local vigente nas relações de poder, em que o local encontra-se às margens. Se, por um lado, ocorrem processos de relativa desterritorialização, característicos da globalização, por outro, dinâmicas territoriais não deixam de ser visíveis. Dentre estas, cumpre ressaltar a contínua expansão das fronteiras da degradação ambiental, a provocar, ao redor do mundo – especialmente nos países “em desenvolvimento” ou “subdesenvolvidos” – a proliferação de conflitos por acesso, controle e uso dos recursos naturais, disputas marcadas ainda pela colonialidade do poder. Deste modo, originam-se movimentos sociais que, diante da localização de investimentos voltados ao mercado global, reivindicam o papel político do “local” na definição dos termos e condições deste “desenvolvimento” promovido por Estados nacionais, organizações internacionais e agências da “governança global”.

Essas diferentes resistências se articulam crescentemente em processos transnacionais, pelos quais obtêm projeção nacional, regional e mundial, valendo-se da interseção entre diferentes escalas para avançar sua causa. Além do mais, cada vez mais conectam o discurso dos direitos humanos à proteção ambiental. O caso escolhido para este estudo é emblemático dos processos apontados. O movimento social pesquisado consistiu na mobilização de milhares de habitantes de 17 vilarejos da região de Bergama, em oposição à exploração local de ouro inicialmente por um consórcio multinacional, a Eurogold. Trata-se da disputa ambiental mais longa da Turquia, que deu origem à resistência ecológica de maior escala já ocorrida no país. O caso mostra-se relevante pela conjugação da mobilização política à jurídica, ambas perseguidas em diferentes escalas, diante das imbricações entre decisões de instituições nacionais, regionais e globais, em meio a intrincadas relações transnacionais, intranacionais e internacionais. Neste contexto, formou-se, em apoio ao movimento local, um ator coletivo transnacional, ainda que informal, na forma de rede.

A combinação do discurso dos direitos humanos à proteção ambiental é uma tendência recente. Ela se insere no processo de formulação de uma linguagem de novos direitos. Tal estratégia apresenta potenciais e limites, numa disputa sobre quem pode ser sujeito e o que pode ser objeto da titularidade jurídica, estratégia que decididamente não escapa às ambigüidades do direito. A proposta do estudo é explorar como normas de direitos humanos e ambientais são invocadas conjuntamente em prol da justiça ambiental, a fim de contestar a aplicação de duplos padrões por companhias transnacionais e agências financiadoras. Ademais, busca-se investigar a interpretação institucional de tais demandas em diferentes escalas, bem como a concreta aplicação das referidas normas.

Nortearam esta pesquisa duas questões. Preliminarmente, houve a necessidade de analisar que processos permitiram ao movimento de Bergama ter acesso a instituições supranacionais européias – o Parlamento Europeu e a CEDH. Feita esta investigação, coube abordar outra questão, referente à resposta que as instituições européias provocadas deram às demandas do movimento, assim como os impactos de tais debates e intervenções no conflito. Os padrões europeus seriam aplicados nas margens do bloco regional? Partiu-se primeiro da hipótese de que o acesso do movimento à estrutura institucional européia só poderia ser entendido à luz dos esforços da Turquia para se integrar à UE e também do processo de globalização, que compuseram o pano de fundo para os processos de contenda transnacional por que passou o movimento. A hipótese relativa à questão subsequente supôs que os debates no Parlamento Europeu e na Corte Européia de Direitos Humanos buscaram aplicar ao conflito as normas européias sobre meio ambiente e direitos humanos, mas que os impactos de suas declarações teriam sido insuficientes para garantir o sucesso do movimento de Bergama.

O presente estudo de caso ancorou-se em uma análise qualitativa. As informações sobre o conflito de Bergama foram obtidas em artigos acadêmicos e capítulos de livros; matérias jornalísticas disponíveis na internet em língua inglesa; textos, entrevistas e declarações disponíveis no *site* específico sobre o movimento, assim como em outros de ONGs e redes de ativismo. Na impossibilidade da realização de trabalho de campo na Turquia, o contato com acadêmicos e mediadores permitiu o acesso a alguns documentos importantes, como decisões traduzidas do judiciário da Turquia e do Parlamento Alemão. As informações sobre o debate no plano das instituições européias foram obtidas

junto aos *sites* específicos do Parlamento Europeu, da Corte Européia de Direitos Humanos, do Conselho da Europa e da Comissão Européia.

A literatura utilizada reuniu contribuições teóricas de diversos campos do conhecimento, de modo a dar conta das complexidades envolvidas nos conflitos ecológicos distributivos na era do capitalismo global, especialmente com base em estudos de ecologia política. Recorreu-se, portanto, a leituras críticas da globalização, que evidenciam a persistência da colonialidade do poder e do saber no atual panorama. Os conflitos enfocados suscitam resistências populares com demandas por justiça ambiental, que produzem uma linguagem de novos direitos, além de estratégias jurídicas em diversas escalas – de maneira que foi necessário também apresentar estudos críticos sobre o direito, com a análise de sua utilidade para tais movimentos. Adicionalmente, foram consultadas pesquisas sobre os movimentos sociais e o ativismo transnacional, que começam a analisar conjuntamente relações transnacionais e internacionais, a fim de compreender novas estratégias e interações.

A estrutura da dissertação reflete a divisão metodológica do caso. Primeiramente, no capítulo 2, é apresentado o enfoque teórico a amparar a análise. Com base na perspectiva do sistema-mundo moderno/colonial, buscou-se associar dinâmicas presentes no atual processo de globalização que tendem a ser analisadas em separado nas áreas de cultura, economia, política e ecologia, com foco no “ecologismo dos pobres”, categoria de lutas pela sobrevivência e por significados. Em seguida, um breve capítulo aborda o panorama doméstico da Turquia em relação às questões de liberalização econômica, democracia, direitos humanos e política ambiental desde o final da década de 1980 até os dias atuais; esta visão geral reflete o contexto de globalização e de perspectivas de adesão do país à União Européia. A contextualização merece um capítulo próprio e confere ordem lógica à exposição geral, o que justifica a elaboração de um capítulo díspar em sua extensão, frente aos demais.

Apresentadas as condições estruturais e conjunturais, introduz-se o caso objeto de estudo, que, para fins metodológicos, foi dividido em três momentos, sobrepostos no tempo, entre 1989 e 2007. O primeiro momento diz respeito à gênese e ao aprofundamento doméstico do conflito, exposto no capítulo 4. Aí verifica-se a influência de processos globais e regionais sobre o “local”. Um segundo momento abarca os vínculos transnacionais estabelecidos pelo

movimento, com a análise, presente no capítulo 5, de processos que permitiram à resistência local ampliar sua repercussão e ter acesso a instituições européias, quando então se observa o movimento contrário, em que o “local” busca reverberar nas escalas regional e global. Por fim, no mesmo capítulo, passa-se ao exame do “momento institucional” – das dinâmicas e dos debates nos planos institucionais do Parlamento Europeu, da Comissão Européia, da Corte Européia de Direitos Humanos e do Conselho da Europa; bem como dos efeitos diretos e indiretos dos processos políticos e judiciais impulsionados pelo movimento. O último capítulo traz as conclusões do estudo.